

Luís da Câmara Cascudo, historiador

BRUNO BALBINO AIRES DA COSTA*

Esse trabalho tem como objetivo analisar a construção do lugar de historiador para o intelectual norte-rio-grandense, Luís da Câmara Cascudo, identificando também suas concepções de história.

Segundo uma de suas biografias, Zila Mamede, foi na década de vinte a quarenta que o intelectual norte-rio-grandense se identificou mais com este lugar. (Cf. MAMEDE, 1970) Nessas décadas, Luís da Câmara Cascudo circulou pelas principais instituições do saber histórico, particularmente, os institutos históricos e geográficos espalhados pelo Brasil. Cascudo se filia ao Instituto do Ceará em 1924, ao IHGRN em 1927 e ao IHGB em 1934, associando-se, posteriormente, a todos os Institutos Históricos existentes nos estados da federação. (Cf. NEVES, 2002) Sua participação se caracterizava pelas trocas de correspondências com os intelectuais dessas instituições, além de contribuir com a escrita de vários artigos, por exemplo, boa parte do que foi escrito por Cascudo sobre o Brasil holandês foi publicado pelos diversos Institutos Históricos e Geográficos espalhados pelo Nordeste.¹

Além dessas instituições, Luís da Câmara Cascudo assumiu, no mesmo período, o lugar de historiador das cidades, escrevendo, sob o patrocínio de várias prefeituras dos municípios do Rio Grande do Norte, a história da cidade de Natal em 1947 e de Mossoró em 1953.² Parte daquilo que Cascudo escreveu acerca da história dessas cidades esteve em consonância com o que fazia os Institutos Históricos e Geográficos

* Professor substituto do Departamento de História da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN)- Campus Central (Natal). Mestre em História e Espaços pelo programa de pós-graduação em História da UFRN.

¹ Os artigos que Luís da Câmara Cascudo escreveu acerca dos holandeses nos Institutos Históricos e Geográficos do Nordeste foram: Geografia Alagoana no domínio Holandês. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Alagoas**. XXI. Anos 1940-1941. p.18-26; Idem. Geografia de Sergipe no domínio Holandês. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe**. XI. Anos XV-XXV (1930-1940). p.1-6; Idem. Informação geográfica do Ceará Holandês. **Revista do Instituto do Ceará**. LV. Ano LV (1941).p.68-80;

² Os livros que Cascudo escreveu sobre a cidade do Natal e de Mossoró foram, respectivamente: **História da cidade do Natal**. Natal: Prefeitura Municipal de Natal, 1947 e **Notas e documentos para a história de Mossoró**. Mossoró: Coleção Mossoroense, 1955

espalhados pelo Brasil ou com o patrocínio do poder público seja municipal, estadual ou federal. Sua escrita atendia aos interesses desses órgãos que o requeria para a construção da identidade histórica dos espaços que ele se encarregava de narrar. Mas que tipo de história, Cascudo escreveu? Que concepções de história estavam presentes em seus textos?

Não podemos enquadrar Luís da Câmara Cascudo em uma única perspectiva ou escola histórica. Sua concepção de história longe de ser homogênea é múltipla. Ele se utilizou de várias matrizes do campo historiográfico, impedindo, dessa maneira, que o possamos enquadrar em uma tendência predeterminada.

Cascudo mesclou concepções de história que vão desde a Antiguidade Clássica, como as concepções de Heródoto, até a moderna. É por isso que encontramos em sua biblioteca autores de distintas vertentes literárias, filosóficas e historiográficas, como: Homero, Aristóteles, Cícero, Giambatista Vico, Seignobos, Toynbee e muitos outros.

Dessa forma, a abordagem sobre o conhecimento histórico em Cascudo não pode ser entendida de forma unidimensional, mas sim plural daí porque não poderíamos encerrá-lo numa única escola historiográfica. Câmara Cascudo não foi apenas positivista, metódico, historicista, romântico, ele soube, ao seu modo, convergir e aproveitar as contribuições que essas abordagens do conhecimento histórico puderam fornecê-lo. E é nessa pluralidade e ecletismo teórico que situamos suas visões e reflexões sobre a história.

A partir da década de quarenta em diante alguns artigos sobre a história, enquanto conhecimento, foram escritos por ele no jornal *A República*, como: *História e Historiadores*³, *História e Estória*⁴, *História, escola da compreensão*⁵, *O Documento viverá*⁶ e *A Função dos Arquivos* publicado na revista do arquivo público do Recife⁷. Nestes escritos, Luís da Câmara Cascudo refletiu acerca da própria natureza do conhecimento histórico, abordando temas relacionados à questão da utilidade da história para a sociedade, as funções do arquivo e do documento e o ofício do historiador. Para

³ *A República*, Natal, 02 mai. 1940

⁴ *A República*, Natal, 17 fev. 1943

⁵ *A República*, Natal, 08 jul. 1943

⁶ *A República*, Natal, 28 set.1960

⁷ CASCUDO, Luis da Câmara. "A Função dos Arquivos". Separata da *Revista do Arquivo Público*, ano 7a10, n 9-12. Recife, Arquivo Público, 1952-1956.

entender como cada temática dessa é tratada por ele, é preciso responder, primeiramente, o que é a história para Cascudo?

Ele responde no artigo intitulado de *História, escola da compreensão*, publicado pelo jornal *A República* no dia oito de julho de 1943: “A História é a suprema escola da compreensão, da tolerância e da simplicidade.” A partir dessa enunciação diagnosticamos uma primeira influência historiográfica em Cascudo: o historicismo. Esta tendência historiográfica emerge, sobretudo, na Alemanha, no fim do século XVIII e começo do século XIX, tendo como característica inicial um caráter fundamentalmente conservador, ou mesmo, retrógrado, reacionário. (LÖWY, 2008:76-77)

O historicismo visava legitimar as instituições econômicas, sociais e políticas existentes na Prússia, na sociedade tradicional, enquanto produtos legítimos do processo histórico, como resultado de séculos e séculos de história, resultados de um processo orgânico de desenvolvimento. (Idem) O historicismo na sua forma inicial voltava-se para o passado para legitimar as instituições existentes, por conseguinte, o passado era considerado uma categoria central, porque apresentaria o antídoto para um tempo que se desfaz pela velocidade das transformações trazidas pelo avanço da maquinaria burguesa é por isso que a história e, conseqüentemente, o passado, seria tratado de forma romanceada. Assim como o historicismo, Cascudo defendia um mundo conservador e anti-moderno que criticava o mundo capitalista em ampla ascensão pelas vias da modernidade, justamente por pertencer e representar um mundo social, aristocrático, anterior as transformações econômicas e sociais trazidas pela sociedade moderna capitalista.

Influenciado pelo historicismo, a narrativa historiográfica cascudiana obedece um “regime de historicidade” (Cf. HARTOG, 1999) que toma o passado a partir de uma visão romântica e idílica, conferindo aos sujeitos históricos ares de heróis e aos acontecimentos tons épicos, destinando a história um sentido, uma função para a vida. Um passado real que poderia ser resgatado, rememorado, transmitido. Por isso que era possível para a história, tanto para um dos representantes do historicismo do século XIX, Dilthey, como para Cascudo, compreender.

Nessa perspectiva a história não seria o saber que revelaria o jogo das contradições, como pensava Karl Marx no século XIX, mas sim que aboliria o

esquecimento, que levou à separação entre o sujeito e ele mesmo, e reintegrar o passado no presente como “consciência intensa” de si, isto é, a “compreensão”. (REIS, 2006: 39) Isso fica bem claro no mesmo artigo de 1943: “Sabendo o passado dos homens em sociedade, desde os primeiros núcleos, conhece como tem sempre agido, através das idades...”. Mais adiante, acrescenta: “O Homem é o mesmo de sempre, reagindo semelhantemente ante os problemas do amor e do pão. Pensa que, antes dele, milhares de homens sofreram o mesmo. E outros, para o futuro, sofrerão também.” Nesses trechos, Cascudo mostra como estudar o passado é importante para se compreender o presente, porque, em grande medida, os homens do tempo pretérito assim como do presente estariam sujeitos aos mesmas sortes e dificuldades agindo da mesma forma através do tempo. O homem seria, para Cascudo, uma entidade em si mesma, é por isso que ele escreve com “H” maiúsculo, que atravessa o tempo sempre repetindo suas ações diante das circunstâncias da vida, como o sentimento (amor) e o alimento (pão).

Dessa forma, o passado, o presente e o futuro, diferentes apenas na dimensão temporal, se assemelham, pois apresentam as ações humanas pelo fio do continuísmo e da semelhança. Assim, para Cascudo, a história enquanto um saber que compreende o passado teria como função consolar o presente: “Mestra da Vida, disse Cícero, podia tê-la batizado de consoladora. A grande consoladora depois da Fé.” (CASCUDO, 1943)

Ora, não há algo mais consolador do que saber que os homens do passado tiveram os mesmos embates, problemas, dificuldades que os homens do presente têm? E pensar que essas dificuldades foram solapadas e que o homem do presente, assim como do passado, sobreviverá como também o homem do futuro? Eis, a função da história para ele: compreender o passado para consolar o presente.

Cascudo vai pensando a história como espírito, força metafísica, que consola os homens, daí as ações humanas se tornam as mesmas no tempo. Para ele a história seria uma força que reside no interior de cada acontecimento que afeta a humanidade, considerando-a como uma entidade, um sujeito, e é por isso que escreve também a palavra “história” com “H” maiúsculo.

Um “espírito” que torna imortal as ações do homem no tempo, por isso que lembra, aconselha e anima. (CASCUDO, 2004: 266) Essa maneira metafísica de se pensar a história é influenciada pelas filosofias da história do século XVIII e do XIX, por exemplo, na obra de Hegel (GARDNER, 1964: 73-88) que o “espírito” dirige o

homem no tempo, através de uma força, uma entidade, um poder que a tudo reúne e impulsiona por meio de um plano, oculto ou manifesto, um poder frente ao qual o homem pôde acreditar-se responsável ou mesmo em cujo nome pôde acreditar estar agindo. (KOSELLECK, 2006: 52)

Para Cascudo à história, consola, mas não ensina pelo menos da mesma maneira como pensavam os antigos. O intelectual não compartilhava da visão ciceroniana da história enquanto *Magistrae Vitae*, porém, isso não quer dizer que, para ele, a história não tenha uma função didática.

Quando Cícero se referia à história ele se utilizava do termo *Historie*. Este designava predominantemente as narrativas particulares, como por exemplo, a história da Guerra do Peloponeso. Essas narrativas tinham como objetivo conferir exemplos de vida a serem apreendidos e seguidos. Entretanto, no século XVIII, na Alemanha o termo *Historie* começa a ceder espaço para o conceito alemão *Geschichte*, que designa uma sequência unificada de eventos que, vistos como uma unidade, isto é, como um todo, constituem a marcha da humanidade. Dessa forma, *Geschichte* passa a juntar a noção de acontecimento, com o de relato, narrativa: “A história [Geschichte] adquire então uma nova dimensão que escapa à narratividade dos relatos, ao mesmo tempo que se torna impossível capturá-la nas afirmações que se fazem sobre ela.” (Idem: 49) Segundo Koselleck, essa mudança conceitual permite que uma nova maneira de se conceber a história seja possível, sendo assim, “a verdadeira mestra é a história em si, e não a história escrita, ou seja, a história [Geschichte] só é capaz de instruir à medida que se renuncia à história [Historie].”(Idem)

Ao falar sobre a história, Cascudo entende que ela é mestra, não no sentido dos antigos *Historie*, mas no sentido alemão *Geschichte*, indicando que é a história em si, enquanto um saber que designa ao mesmo tempo o acontecimento e o relato, que ensina e não uma narrativa particular, tal como concebia Cícero, que tem uma pedagogia para o presente. Daí a grande influência do historicismo na escrita cascudiana: pensar a história *Geschichte*, enquanto uma totalidade, um espírito, que coloca aquele que a apreende de maneira compreensiva em um “estado propício à formação” que deve influir no futuro. A história para o historicismo e, por conseguinte, em Cascudo deixa de ter um caráter didático, uma simples coleção de exemplos, como pensava a *Magistrae Vitae*, para se

tornar o único caminho para o verdadeiro conhecimento de nossa própria situação. (SAVIGNY apud KOSELLECK, 2006: 59-60)

Outra característica da *Historia Magistra*, que Luís da Câmara Cascudo não partilha, é a de que o historiador não apenas instrua, mas também profira sentenças e juízos, sendo também obrigado a julgar. (Idem) No pórtico do livro *História da cidade do Natal* (1947), Cascudo escapa da concepção ciceroniana da história colocando-se distante da tarefa de conferir qualquer julgamento ao passado, tendo em vista que, para ele: “o precioso da História é a documentação para o futuro e não o juízo decisivo e peremptório”. Cascudo diz que não julga e que não atribui sentenças ao passado, todavia, quando constrói uma narrativa historiográfica o julgamento e a sentença se inscrevem na própria história que escreve. Ao fazer crer que não julga o passado, Luís da Câmara Cascudo se distancia da concepção ciceroniana, daí porque não poderíamos enquadrá-lo como intelectual que se embebeu dessa perspectiva da história. Antes, para ele, o documento é o que assegura a verdade em história possibilitando as gerações futuras entender o passado. É por isso que o historiador não poderia julgar, mas sim preparar o caminho através da documentação para que outros estudiosos no futuro pudessem tirar suas próprias conclusões: “porque História é documento e não há autoridade pessoal contra evidência”. (CASCUDO, 1949)

Mesmo não partilhando da visão ciceroniana, não poderíamos negar a influência dos clássicos em Cascudo. Sem dúvida, há uma grande aproximação dele com a perspectiva herodoteana da história, sobretudo, em relação ao papel do historiador. Vejamos:

Os resultados das investigações de Heródoto de Halicarnassos são apresentados aqui, para que a memória dos acontecimentos não se apague entre os homens com o passar do tempo, e para que feitos maravilhosos e admiráveis dos helenos e dos bárbaros não deixem de ser lembrados, inclusive as razões pelas quais eles guerrearam. (Cf.HERÓDOTO, 1960)

Heródoto enfatiza o papel do relato para a conservação dos acontecimentos humanos através da memória. É um apelo contra o tempo que põe em risco o esquecimento dos feitos dos homens que podem se apagar com o passar do tempo, se caso não forem registrados e lembrados pelo *histor*. É este que tem a tarefa de retardar o desaparecimento dos traços da atividade humana, procurando a conservação na memória daquilo que os homens realizaram. (DOSSE, 2003: 13) De forma semelhante

ao “pai da história”, Cascudo compreende que o saber histórico deve registrar os acontecimentos para que fiquem na memória. Entretanto, é válido ressaltar que, para ele, não são todos os fatos que entram para a história, apenas os “memoráveis”, definindo-lhes assim:

o fato memorável é um saldo de nossas imperfeições sublimadas, dos nossos sonhos positivados no plano superior da materialização. Cada herói é um resumo do seu tempo, do seu mundo, de sua civilização, um índice positivo do esforço orgulhoso da maioria que ele simboliza e eleva ad immortalitatem.. (CASCUDO, 1952-1956: 6).

Assim como Heródoto, Cascudo entende que a história tem o dever de imortalizar. Para ele é da própria natureza humana que vem o desejo de “emprestar os halos da perpetuidade dos nossos atos.” (Idem) Escrever para imortalizar é o serviço do historiador e somente através da história é que os acontecimentos humanos podem ser eternizados. É evidente que quando se trata dos feitos dos homens, Cascudo não está se referindo a qualquer realização humana. Claramente, ele define que o fato memorável é possível aos heróis que são resumos ou metonímias de um tempo dado a ler. E para lê-lo é preciso perceber os heróis, tendo em vista que são eles que simbolizam a civilização, o todo, daí porque se imortalizam e também possibilitam que as sociedades que estão representando se tornem imortais.

Assim, a história de uma sociedade seria representada pela história do(s) seu(s) herói (s), o “Júpiter Efêmero”⁸, por simbolizar a contemporaneidade do passado no presente, um elo entre essas duas temporalidades tecida a partir do dispositivo da identidade entre os indivíduos do passado com os do presente, ligando-se através da “continuidade emocional, identidade de esforço, de responsabilidade, de medo e de crença”, (Idem, 11) é por isso que o herói se apresenta, para Cascudo, como resumo de uma sociedade.

Para Heródoto escreve-se o relato histórico para lembrar os acontecimentos dos helenos ou dos bárbaros. Para Luís da Câmara Cascudo escreve-se história para lembrar os feitos humanos dignos de serem trazidos para a memória. Para Heródoto tanto os feitos gregos como bárbaros deveriam ser lembrados, para Cascudo nem todas

⁸ Para Cascudo toda sociedade tem o seu criador momentâneo que intitulou de “Júpiter efêmero”.

as realizações humanas deveriam ser memoráveis. É por causa disso que quando escreve a história do Rio Grande do Norte, da cidade de Natal e de Mossoró os acontecimentos narrados são os eventos políticos, como: as invasões estrangeiras, as administrações locais, os nomes dos fundadores da cidade, as revoluções, a independência, a abolição, a república..., pois são eles que são dignos de serem registrados e trazidos a memória, uma vez que são conduzidos pelas ações dos sujeitos, ou heróis, membros da aristocracia, como por exemplo, os Albuquerque Maranhão, em Natal, e os Rosados, em Mossoró. São eles que Cascudo elege como sendo os sujeitos que resumem o universo social do Estado ou das cidades.

Dessa maneira, assim como Heródoto, a escrita cascudiana está endereçada para instituir uma identidade a partir de determinados acontecimentos premiados pelas ações de selecionados sujeitos. Embora, saibamos que no caso do *histor* grego essa formulação identitária foi sendo construída pela alteridade, representada pela descrição narrativa que tem como ponto de partida a diferença, do olhar de um grego em relação aos bárbaros. (HARTOG,1999:229-270) Enquanto, Cascudo formula uma identidade a partir daquilo que é semelhante do traço comum que urde a história dos homens do passado com os do presente. Isso fica bem claro no livro *História da Cidade do Natal* (1947). Percebemos que a narrativa da história dessa cidade é perfilada pelas ações da família Albuquerque Maranhão no passado, fins do século XIX para início XX, representada por Pedro Velho, como no presente, nos anos quarenta, simbolizado por Sylvio Pedroza pertencente à referida organização familiar. Dessa forma, o memorável passa a ser aquilo que une, pelo traço da semelhança, a narrativa dos membros da família Albuquerque Maranhão do passado e do presente em Natal. A história da cidade se confunde com a história da organização familiar, tornando-se memorável, pois o que interessa a historicidade desse espaço são as realizações e ações dos homens ou da família no tempo e na formação social do espaço natalense.

Os fatos memoráveis são os feitos dos “grandes homens” da cidade, bem como dos eventos políticos que nela aconteceram. Essa maneira de entender a história é a mesma com que os historiadores da escola metódica alemã e francesa refletiam acerca do conhecimento histórico. Uma história com ênfase nos acontecimentos políticos, no relato de alguns homens considerados grandes, geralmente, estadistas, gerais, ocasionalmente eclesiásticos que povoam a narrativa dos ditos “historiadores

tradicionais” do século XIX (BURKE, 1992:12), cujas concepções e práticas do ofício de historiador influenciaram Luís da Câmara Cascudo, como, por exemplo, o fetiche pelos documentos oficiais.

Em todas as histórias que Cascudo escreveu sobre as cidades a documentação principal era as fontes de natureza oficial, tais como: fala e relatórios dos presidentes de província do Rio Grande do Norte, atas e documentos do arquivo público da cidade ou do Estado, ofícios, processos administrativos, e muitos outros. A história dos espaços narrados por Cascudo deveria seguir o registro, a lógica, o sentido que os documentos oficiais do Estado e das cidades sugeriam, pois a história dessas espacialidades deveria ser baseada nessa documentação, tal como pensavam os historiadores da escola metódica.

Cascudo seguiria, dessa maneira, a máxima de Ranke de que “os fatos falam por si” daí a importância do documento, exatamente para comprovar e legitimar a narrativa criada por ele, tendo em vista que “a história é o próprio documento” (Cf. CASCUDO, 1949).

Luís da Câmara Cascudo acreditava que através da documentação os acontecimentos e os homens do passado poderiam reviver. Ao entender que o passado pode ser revivido, trazido a superfície para o deleite e a leitura do homem do presente, Cascudo nos mostra sua visão romântica da história, uma vez que o passado torna-se real, revivido e possível desde que o historiador pesquise o detalhe e vá ao arquivo. Eis o motivo de ter escrito no arquivo público do Recife, na década de cinquenta, um artigo tratando, especificamente, sobre a função do arquivo. Vejamos um pequeno trecho:

Aqui é realmente a casa da História, Solar do seu nascimento, nascente de suas águas que vamos encontrar lá fora, diversas e coloridas, na química das convenções e das simpatias. Aqui, nas cabeceiras, são elas silenciosas em força serena, manando dos atos formadores dos primeiros fios convergentes, explicação da futura torrente...Dá vontade de interromper a tranquilidade e conversar, num tom claro e baixo, de lento passeio nos braços acolhedores do claustro. Uma conversa sobre o conceito de História e a função do documento para evocá-la, determiná-la ou modificá-la... Nos arquivos a História está justamente em potencial.”(CASCUDO, 1952-1956:5-8)

Ao se referir ao arquivo, Cascudo o descreve lançando mão de uma narrativa poética, recheada de metáforas de referência a natureza como o sol, a água, a torrente.

Talvez seja por isso que ele escolhe a natureza como artifício metafórico para descrever o ambiente do arquivo, pois é da mesma forma naturalizada que Cascudo entende o arquivo. É como se este fosse um produto imune aos interesses do homem, por isso que é tratado como algo dado, “puro”, pronto para ser descoberto pela atividade do historiador. Talvez isso responda também o fato de se referir ao arquivo como a casa da história. É no domínio da casa onde há o refúgio tranquilo contra os perigos dos que estão de fora. É nela também que se resguarda do “contato impuro” do ambiente externo. A história, nesse sentido, estaria guardada de qualquer vínculo exterior que possa torná-la impura, pragmática, interessada. Como casa, o arquivo representaria, para Cascudo, o domínio do privado, dos segredos, dos silêncios, daquilo que está momentaneamente guardado para ser revelado *a posteriori*. É por isso que ele esboça no texto a vontade de conversar, de invadir, a dimensão tranquila do resguardo do arquivo, para interrogá-lo não como um juiz, mas como um esquadrinhador, um apaixonado pelo passado, justamente para saber as concepções de história ali guardadas. Para Cascudo o arquivo é a casa da história, porque, é nela que o saber histórico nasce, mora e vive e é assim que a história se encontra em potencial no arquivo.

O encantamento pelo arquivo mostra outra aproximação de Luís da Câmara Cascudo com a escola metódica: o gosto pela erudição.⁹

A biografia cascudiana é construída a partir da figura de erudito, do homem voltado para os livros e as letras desde a infância, quando ao invés de brincar como as outras crianças voltava-se para a leitura de revistas, de álbuns de gravuras e de viagens, (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2008: 482-493)¹⁰ até no auge da maturidade intelectual quando seu interesse pela erudição passa a ser devotado pelo estudo da terra e da gente do Rio Grande do Norte, como ele mesmo escreve em 1960:

Uma parte do meu tempo é dado ao Rio Grande do Norte. Tenho que pesquisar, estudar, interessar-me por uma série de aspectos que não pode despertar cuidado na maioria dos meus conterrâneos, ocupados, preocupados, consumidos, enrolados, com outras tarefas, outros assuntos, outros aspectos da terra e da gente. (CASCUDO, 1960: s/n)

⁹ Notadamente a erudição vai ser presente na escola metódica francesa, sobretudo, nas obras de Ernest Lavisse, Charles- Víctor Langlois e Charles Seignobos. PAZ, Francisco Moraes. **Na poética da história: a realização da utopia nacional oitocentista**. Curitiba: Ed. da UFPR, 1996. p.181

¹⁰ Para o historiador Durval Muniz de Albuquerque Júnior a construção da figura de erudito em Cascudo se deu através do estigma da doença que o levou desde a infância a vida letrada.

O fato de mencionar que pesquisa e estuda os diversos aspectos de sua gente e de sua terra, o faz um cidadão diferente dos seus conterrâneos com um status social e pessoal à parte dos demais através da imagem de erudito que ele mesmo constrói de si. Cascudo seria aquele que instruiria a sociedade norte-rio-grandense ao conhecimento dos seus pormenores, das coisas que passavam despercebidas aos conterrâneos. Estudar e pesquisar para informá-los e formá-los. É esta função social que Luís da Câmara Cascudo constrói para ele como sendo útil. A erudição é o que torna diferenciado.

Entretanto, quando se refere à pesquisa em história, Cascudo escreve no jornal *República* do dia 02 de abril de 1940 que “ama-se a história para pesquisar o detalhe”, característica de quem entende o saber histórico pela via das informações pormenorizadas que dão prazer ao texto ao lê-lo. É, nesse sentido, que, para ele, a história teria uma utilidade pessoal, justamente para lê-la como um texto pelo puro prazer e pelo deleite pessoal, tal como faziam os eruditos do século XIX. (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2005: 43-66) Isso não quer dizer que, Cascudo entendia a utilidade do conhecimento histórico apenas na dimensão pessoal. Para além do deleite, o indivíduo e a sociedade teriam na história a formação de suas identidades localizadas tanto espacialmente como temporalmente. A história seria, para ele, o campo possível para a gestação das identidades, daí sua tarefa de informar aos seus conterrâneos sobre as coisas de sua terra.

Na década de sessenta, Cascudo elenca ainda outra tarefa para ele: “registrar e transformar sugestão e planos em documentos que ficarão para outros estudiosos.” (CASCUDO, 1960: s/n) Seu ofício de historiador estaria comprometido, dessa vez, com o futuro. Seu registro e sugestão serviriam de base para que futuros estudiosos pudessem escrever sobre o passado. Sua função seria preparar a posteridade. Uma escrita da história interessada e endereçada ao futuro. O papel de Cascudo longe de ser apenas sugestivo era notadamente uma projeção do seu próprio nome enquanto intelectual. Embora, estivesse disposto a “guardar o mais possível documentadamente para o futuro” (Idem), Luís da Câmara Cascudo vislumbrava sua imortalidade. O documento e ele estariam no mesmo nível, tendo em vista que ambos, através da história, se tornariam imortais. Não só o documento viveria, mas ele também. Os historiadores do futuro teriam que consultá-lo, lançando mão de sua escrita e de sua organização documental para que novas histórias fossem possíveis. O futuro do

passado construído pelos futuros historiadores teria no ofício de Cascudo no presente o seu ponto de partida. O sentido de posteridade não é de ensinar as gerações futuras, mas sim de legar um pecúlio documental para que outras histórias possam surgir.

Através dos escritos de Luís da Câmara Cascudo, muitos historiadores se embeberam de suas concepções de história como também o tomaram como referência para escrever acerca do Rio Grande do Norte, de Natal e de Mossoró. Boa parte daquilo que se conhece e se escreve sobre a “história oficial” desses espaços tem em Cascudo o alicerce primeiro, seja por adotar seu pensamento e, posteriormente, legitimá-lo, seja para criticá-lo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. A Escrita Como Remédio: erudição, doença e masculinidade no Nordeste do começo do século XX. **In Nos destinos de fronteira: história, espaços e identidade regional**. Recife: Bagaço, 2008, p.482-493.

_____. De amadores a desapaixonados: eruditos e intelectuais como distintas figuras de sujeito de conhecimento no Ocidente contemporâneo. **Trajetos**. Revista de História UFC, Fortaleza, v.3, n.6, p.43-66, abr.2005

BURKE, Peter (org). **A escrita da história: novas perspectivas**. São Paulo: Unesp. 1992.

CASCUDO, Luís da Câmara. A Função dos Arquivos. **Separata da Revista do Arquivo Público**, ano 7 a 10, n 9-12. Recife, Arquivo Público, 1952-1956

_____. Cidade do Natal: prólogo. **A República**, 04 Jan. 1949

_____. **Discurso de posse na Academia Norte-Rio-Grandense de Letras** (1943). In: NAVARRO, Jurandyr. **Oradores- Rio Grande do Norte (1889-2000): biografia e antologia**. 2. ed. Natal, RN: Departamento Estadual de Imprensa, 2004

_____. História, escola da compreensão. **A República**, Natal, 08 jul. 1943

_____. O Documento viverá. In: **A República**. Natal, 28 de set. 1960

DOSSE, François. **A história**. Bauru: EDUSC, 2003

GARDNER, Patrick. **Teorias da História**. Lisboa: Calouste Gulbenkian, 1964.

HARTOG, François. **O espelho de Heródoto: ensaio sobre a representação do outro**. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 1999

HERÓDOTO. **Histórias**. Barcelona: Alma Mater, 1960

KOSELLECK, Reinhart. **Futuro Passado: contribuição à semântica dos tempos históricos**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2006

LÖWY, Michel. Historicismo. In: **Ideologias e ciência social: elementos para uma análise marxista**. São Paulo: Cortez editora. 2008

MAMEDE, Zila. **Luís da Câmara Cascudo: 50 anos de vida intelectual, 1918-1968**. Natal: Fundação José Augusto, 1970 v.1

NEVES, Margarida de Souza. Artes e Ofícios de um “Provinciano Incurável”. **Revista Projeto História**. São Paulo, n. 24, jun. 2002. Não paginado. Disponível em: <http://www.modernosdescobridores.com.br>. Acesso em: 28 de dezembro. 2010.

PAZ, Francisco Moraes. **Na poética da história: a realização da utopia nacional oitocentista**. Curitiba: Ed. da UFPR, 1996.

REIS, José Carlos. **A História entre a filosofia e a ciência**. Belo Horizonte: Autêntica. 2006